

**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS**

# Cozinheiros, Merendeiros e Ajudantes de Cozinha mobilizados e na luta

**ASSEMBLEIA com indicativo de GREVE dia 02/06 (quinta-feira), 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)**



Cozinheiros, Merendeiros e Ajudantes de Cozinha estão mobilizados para mudar as condições de trabalho nas cozinhas da Prefeitura de Santos. Foram no Paço Municipal no dia 10/05 pressionar o governo por melhorias.

Além de melhorar as condições de trabalho, a pauta de reivindicações pretende reduzir a carga horária para 30 horas semanais (sem diminuição salarial) e reajustar os bai-

xos salários que estão defasados com relação a outras prefeituras e ao mercado.

Na maioria das unidades da Prefeitura faltam equipamentos de segurança, ventilação e iluminação. A estrutura física é deficiente e faltam equipamentos e materiais apropriados. O trabalho na cozinha tem sido cada vez mais intenso, pois a cada dia temos menos servidores, muitos afastados por problemas de saúde. A carga horária é extensa e o trabalho



é insalubre, com condições adversas que têm tornado o trabalho ainda mais penoso.

A desculpa que o governo deu para negar as reivindicações girou em torno da crise econômica. Nada se-

ria possível fazer enquanto os indicadores econômicos não voltassem aos patamares que consideram adequado. Ou seja, quem novamente paga pela crise são os trabalhadores.

Na campanha eleitoral passada, o atual prefeito (na época, candidato) prometeu valorizar os servidores. Temos ouvido de seus representantes que as reivindicações são justas, que realmente os salários estão defasados e que os cozinheiros são "essenciais à Prefeitura de Santos". Mas, na prática, as principais reivindicações têm sido negadas. Falta vontade política por parte do governo e sobram desculpas.



A posição do governo deixou indignados os mais de 100 funcionários públicos que não engoliram a negativa do governo perante a reivindicação e já saíram do encontro mobilizados para dar continuidade ao movimento.

No dia seguinte já compareceram no sindicato para confeccionar uma *Carta Aberta aos Municípios* (veja ao lado) informando as péssimas condições de trabalho oferecidas pela Prefeitura de Santos. A carta está sendo amplamente distribuída para os pais de alunos, colegas de trabalho e po-

pulação em geral.

Após a reunião com o Secretário de Gestão, reunidos na Praça Mauá, os trabalhadores decidiram que o próximo passo da luta será fazer uma assembleia com indicativo de GREVE no dia 02/06 (quinta-feira), 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias).

A possibilidade de paralisação não é para menos, são mais de dois anos que o governo leva os funcionários no "banho-maria" e nada. Mas, se depender do ânimo do pessoal que participou da mobilização, a chapa vai esquentar!



### Carta Aberta aos Municípios NÓS AJUDANTES DE COZINHA, MERENDEIRAS(OS) E COZINHEIRAS(OS) DA PREFEITURA DE SANTOS

Vimos a público expor nossa situação porque já não sabemos mais o que fazer para resolver a questão que nos afeta. Somos servidoras(es) públicas municipais de Santos e atuamos em cozinhas e copas nas escolas municipais e estaduais, hospitais, prontos-socorros, centros de assistência social e em diversas secretarias da Prefeitura de Santos. Trabalhamos com a manipulação de alimentos e preparação de refeições e lanches a partir das necessidades, atendendo a públicos específicos: bebês, crianças, adolescentes e adultos, inclusive com dietas especiais. Tudo isso com presteza e afino apesar de tudo o que vamos relatar abaixo:

Temos consciência que nosso trabalho é importante para os municípios, mas vemos que este trabalho não tem sido valorizado pela administração municipal. Há 2 anos estamos nos reunindo com representantes do Sr. Prefeito para reivindicar melhores salários, redução da jornada de trabalho sem redução salarial e condições dignas de trabalho.

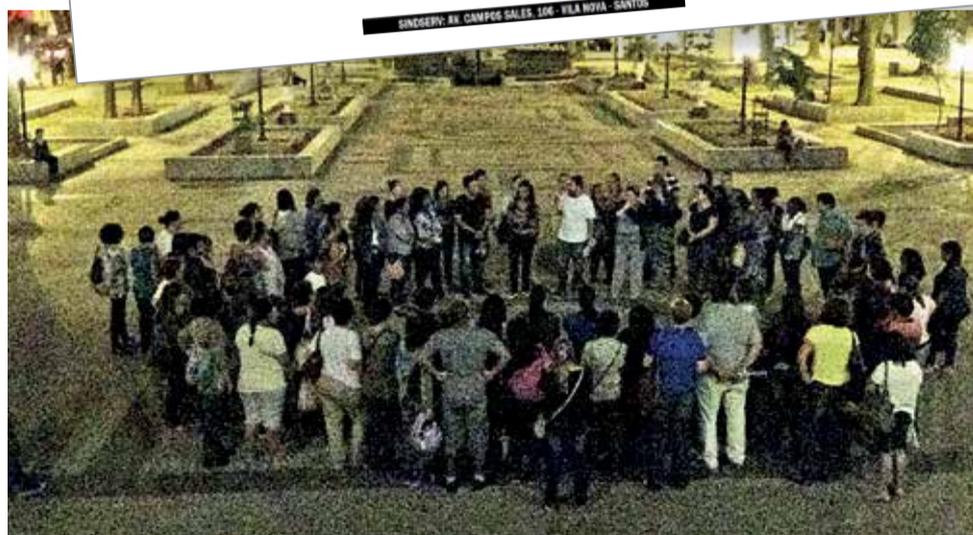
Na maioria das unidades da Prefeitura faltam equipamentos de segurança, ventilação e iluminação, a estrutura física é deficiente e faltam equipamentos e materiais apropriados para desempenhar nossas funções. Nosso trabalho tem sido cada vez mais intenso pois a cada dia temos menos servidores nas cozinhas, muitos afastados por problemas de saúde. Nossa carga horária é extensa e o nosso trabalho é insalubre, enfrentamos condições adversas que têm tornado nosso trabalho penoso.

Na campanha eleitoral passada o Sr. Prefeito – à época candidato – prometeu valorizar os servidores. Temos ouvido de seus representantes que nossa reivindicação é justa, que realmente nossos salários estão defasados e que somos "essenciais a Prefeitura de Santos". Mas, na prática, nossas principais reivindicações têm sido negadas. Falta vontade política por parte do governo e sobram desculpas.

Por isto estamos levando esta situação ao seu conhecimento. Você que paga impostos tem o direito de saber e nós a obrigação de informar.

**MERECEMOS CONSIDERAÇÃO E VALORIZAÇÃO,  
POIS TRABALHAMOS PARA A POPULAÇÃO**

SINDICATO: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA MATHIAS - SANTOS



**TODOS À ASSEMBLEIA 02/06 (quinta-feira)!  
19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)!  
SÓ A LUTA MUDA A VIDA!**

# Guardas se organizam por mudanças

No mês de abril, os Guardas Municipais de Santos começaram a se reorganizar para lutar por melhores condições de trabalho e por uma carreira mais justa. Nas reuniões chamadas pelo SINDSERV nos dias 27 e 28 de abril foram discutidas, em linhas gerais: As péssimas condições das unidades destinadas aos Guardas; O Regimento Disciplinar militarizado; A nova *Lei 13.022/14* que, entre outras medidas, obriga que o comando da corporação seja exercido por Guarda de carreira; E um novo e mais atrativo *Plano de Car-*

*reira para o cargo.*

Os servidores decidiram organizar um Grupo de Trabalho para elaborar propostas concretas para todas essas questões. A proposta já foi construída pelo Grupo de Trabalho e será submetida a todos os Guardas em assembleias.

Essa metodologia permitirá uma ampla e democrática discussão dos trabalhadores para que a proposta final seja a mais acertada e que melhor represente toda a categoria. Com a reivindicação em mãos, o passo seguinte é entregar ao governo e pressionar para que o mesmo atenda.



**LUTAR PARA ORGANIZAR!  
ORGANIZAR PARA LUTAR!**



# Debate com especialistas desmascara gestão por Organizações Sociais

O *Ataque aos Cofres Públicos*, instrumento criado para denunciar os reflexos nefastos da terceirização e precarização dos serviços públicos, realizou no dia 12/05 o debate “O desvio dos recursos da sociedade e o desmonte dos serviços públicos pelas Organizações Sociais: Como enfrentar?”.

O encontro reuniu na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) especialistas que há anos vivenciam experiências traumáticas de

saídas para garantir a execução das políticas públicas com qualidade e mantendo seu caráter estatal.

Participaram da mesa o promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Corrupção de Goiás, Fernando Krebs; a professora da Unifesp, Virgínia Junqueira; e a professora Ana Maria Ramos Estevão, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

O promotor Fernando Krebs discorreu sobre a realidade preocupante do Estado de Goiás, onde em quatro anos todos os hospitais públicos foram repassados para administração das OSs e há o empenho do governador Marconi Perillo (PSDB) de fazer o mesmo na educação. “Nos hospitais tivemos uma série de problemas. Os recursos repassados só aumentaram e o atendimento e a qualidade foram reduzidos”, contou.

Segundo o promotor, auditorias do próprio poder executivo reconheceram documentalmente falhas e desvios das OSs na Saúde.

“Em vistoria das vigilâncias sanitárias municipal e estadual foi constatado uma série de irregularidades graves como, por exemplo, reutilização de compressas”.

Foto: Leandro Olimpio



Promotor da Justiça de Goiás Fernando Krebs

transferência de recursos e de gestão para modelos de cunho privatizante, em especial as Organizações Sociais (OSs).

Eles relataram os desdobramentos práticos da terceirização e as estratégias de luta contra essa tendência fartamente disseminada nos últimos anos em prefeituras e governos estaduais e federal. Ao final, refletiram sobre as

Foto: Alcione Herzog



Ainda na área hospitalar, duas promotoras estão fazendo o enfrentamento da terceirização dos serviços e já conseguiram uma liminar proibindo novos contratos de gestão. “O Tribunal de Justiça derrubou essa decisão provisória e o mérito está para ser julgado. Estamos otimistas. A forma como são fechados os contratos é uma lambança. Hoje, caso a OS cumpra apenas 60% da meta, ela receberá 80% dos recursos”.

## Educação

Na Educação, onde o plano do tucano é passar as 1.200 escolas para OSs, a luta jurídica também teve uma primeira vitória. O processo de qualificação das entidades foi questionado e o Governo teve de voltar atrás. As instituições qualificadas não tinham a menor condição de serem credenciadas. “Eram organizações criadas nas coxas, sem menor

credibilidade. Uma era comandada por um veterinário. Outros dirigentes de OSs tinham ações de falsidade ideológica e outros crimes”, explica,

Paralelo ao embate jurídico, a pressão popular foi fundamental para retardar o processo de terceirização das escolas goianas. Segundo o promotor, a resistência dos professores e dos estudantes em um movimento de ocupação de escolas foi determinante. “No meu estado houve uma conjunção de esforços dos movimentos sociais e dos órgãos de controle. É a única solução para resistir a iniciativas que atentem contra o interesse público”.

## Não há controle e qualidade é menor nos serviços terceirizados

Parte do fundo público, ou seja, do dinheiro que os governos arrecadam com os impostos que todos nós pagamos, está ser-

vido para financiar privatização e para destruir gradativamente as políticas sociais. A afirmação é da doutora em Ciências pela Faculdade de Medicina da USP e professora da Unifesp, Virgínia Junqueira.

Após apresentar uma radiografia do que compõe o fundo público e como é distribuído, a professora ressaltou que investimentos em programas sociais estão sendo drenados para fins estranhos à sua natureza. E de várias formas. Renúncia fiscal, subsídios a empresas privadas e socorro a bancos são algumas.

Um outro forma-

to de dilapidação do fundo público é a contratação de OSs para executar tarefas do poder público. Para Virgínia, um dos grandes problemas desse instrumento de gestão é a falta de controle dos recursos.

“É preciso que a população se organize para controlar o que é chamado de fundo público. A partir de vários estudos, vemos que ocorre o contrário. Até estudiosos que não são contra o modelo enfatizam que o controle é muito frágil. Significa que o dinheiro é mau usado, que não há garantia da qualidade”, diz.

Foto: Leandro Olimpio



Professora Virgínia Junqueira

A professora Ana Maria Estevão abordou os efeitos da terceirização para os trabalhadores como mais um causador da piora do atendimento. Para ela, as entidades nada mais são do que agenciadoras do trabalho humano. Elas sujeitam os trabalhadores a vários tipos de fragilidades, começando pelas garantias trabalhistas. *“Como não há estabilidade, a rotatividade de funcionários e a descontinuidade dos serviços é alta. A qualidade cai”.*

Além disso, o profissional da OS não

Foto: Leandro Olimpio



Professora Ana Maria Estevão

mantém vínculo com o público para o qual presta o serviço. Seu ‘patrão’ não é a população, mas um empresário que visa o lucro em detrimento do bem estar de todos. *“Nas unidades geridas por terceiros, agrupam-se vários tipos de categorias num mesmo ambiente profissional. Acirra-se a competição, diminuindo salários e diferenciando remunerações. Os sindicatos são distintos. A força de trabalho se fragmenta e a luta por melhores condições para garantir atendimento se enfraquece”.*

Foto: Leandro Olimpio



O mais grave nesse quadro é que ele é sustentado com recursos públicos, desfavorecendo duplamente os

que contribuem para o fundo público, ou seja, o usuário da saúde, da educação, da cultura. Em síntese: o povo.

*“Sem contar que tudo é feito a um custo maior, pois a terceirização encarece os serviços prestados”.*

## Farmacêuticos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Psicólogos: PRÓXIMA REUNIÃO DO MOVIMENTO PELAS 30h

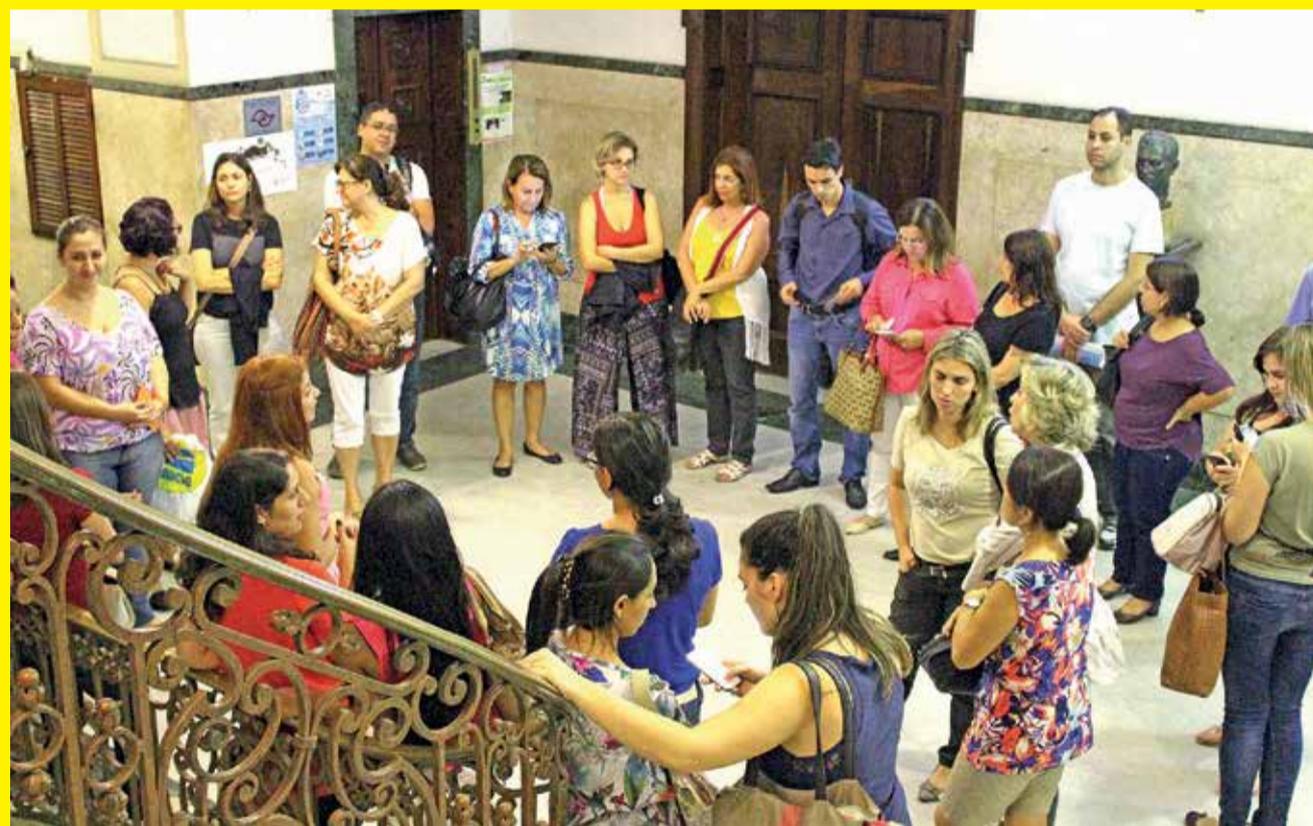
### É NO DIA 06/06 (segunda-feira)

### às 18h30, no CRP (R. Cesário Bastos, 26 - Vila Belmiro)

Os profissionais que atuam nas políticas públicas atendem uma população bastante vulnerável e em sofrimento físico e mental muitas vezes intenso. As categorias necessitam da regulamentação, pois há um desgaste físico, emocional e interpessoal muito grande. A redução da jornada possibilita ao trabalhador dedicar mais tempo ao seu desenvolvimento profissional e científico, o que impacta positivamente na qualidade dos serviços prestados.

Há de se considerar ainda que os profissionais de nível superior atuantes em Santos recebem, muitas vezes, remuneração abaixo de profissionais de nível médio/técnico.

A redução da carga horária está diretamente relacionada com a melhoria das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores, argu-



mento fundamentado na existência de leis federais já aprovadas em benefício de outras categorias (Assistentes Sociais, Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais), e nas recomendações da Organização Internacional do Trabalho.

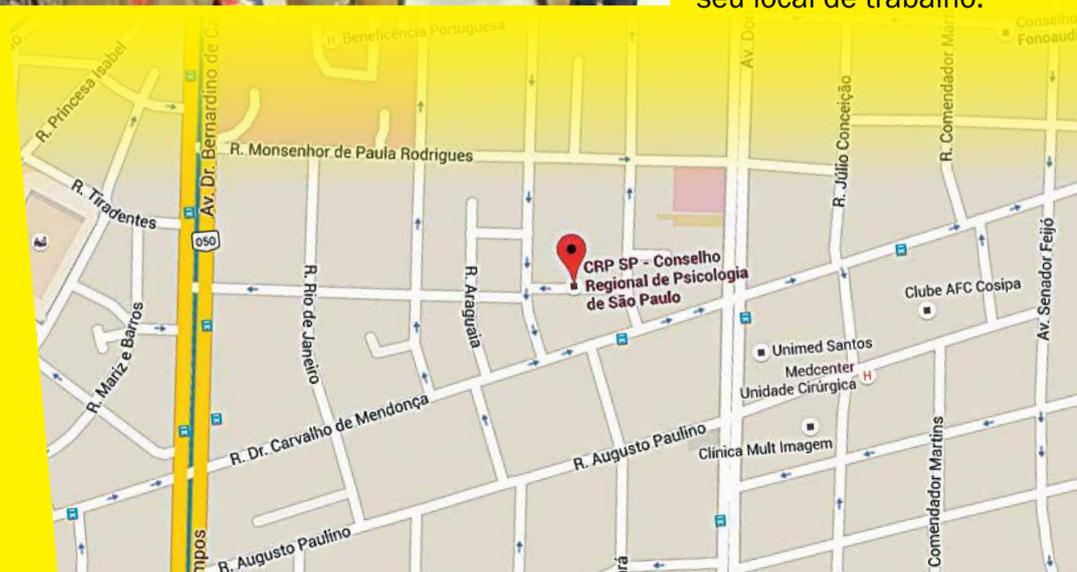
A jornada de 30 horas já é uma reali-

dade em diversos municípios brasileiros e em órgãos federais e estaduais. Na Baixada Santista quatro municípios já reduziram a carga horária destes mesmos profissionais para 30 horas semanais ou menos, são eles: Mongaguá (20h), Guarujá (20h), Peruíbe (30h) e Itanhaém

(30h). E Praia Grande e Bertioga praticam menos de 40 horas semanais (33 e 36, respectivamente).

#### Participe

As categorias que já conquistaram o direito às 30 horas só o conseguiram através de muita mobilização. Não será diferente para os Farmacêuticos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Psicólogos. Só com os trabalhadores unidos e mobilizados avançaremos. Converse com seus colegas de trabalho a respeito dessa reunião e mobilize os servidores do seu local de trabalho.



# O verdadeiro Golpe é contra os trabalhadores

Enquanto o Brasil inteiro assiste o cabo de força do "Impítimam X Golpe", quem continua realmente sofrendo GOLPES é a classe trabalhadora. Isso porque, tanto o governo petista quanto o governo Temer usam a mesma estratégia para tentar sair da crise: Atacar os direitos dos trabalhadores.

## Cai a máscara governista

Ao mesmo tempo que implora por socorro contra o "Golpe da direita" e "em defesa da democracia", o governo petista foi o autor de verdadeiros golpes contra os trabalhadores, principalmente nos últimos dias de governo.

Na tentativa de agradar o empresariado que cobra menos gastos com o Estado e políticas públicas, o governo Dilma mandou em regime de urgência para a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 257/2016 que é uma verdadeira bomba para os serviços e funcionários públicos. Veja o que diz o professor universitário Amauri Fragoso sobre essa PL 257:

"Esse projeto, se for aprovado, é praticamente o fim do serviço público.

*Os aspectos maléficos colocados no PL vão desde a suspensão de garantias dos servidores (como promoções, reajustes de salários etc) até cortes nos salários em torno de 30% e demissões. Em linhas gerais, esse projeto vai reduzir drasticamente o número de servidores públicos, com incentivos à demissão, a privatização dos serviços públicos pelas Organizações Sociais e todo tipo de corte".*

Diante da crise, o próprio PT corre para tentar firmar um novo ciclo de pacto social, na esperança de se manter no auto posto administrativo dos interesses burgueses. "Se ganhar, vou propor um pacto. Se eu perder, sou carta fora do baralho", disse Dilma dias antes da aprovação da continuidade do processo de impeachment na Câmara.

Depois de 13 anos de governo social democrata, os trabalhadores já deveriam

ter aprendido que o caráter de classe do Estado não muda elegendo partido "A" ou "B". O Estado continua sendo um instrumento das classes dominantes para garantir e gerenciar seus próprios interesses. Nenhuma diferença substancial será concedida por meio de voto de 4 em 4 anos.

## Cai a máscara da Oposição

Agora também ficou evidente qual era, desde sempre, o objetivo da oposição ao governo "petralha". Para eles, a solução para o país sair da crise também é via retirada de direitos dos trabalhadores e precarização ainda maior dos serviços públicos.

A campanha "Não vou pagar o pato" da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), uma das principais financiadoras da Oposição, mostra bem de que lado joga essa oposição. Os donos das indústrias não querem pagar o pato da crise, querem empurrar todo o prejuízo no colo dos trabalhadores.

A FIESP também é (por

*cisa uma hora do almoço [...] Você vai nos Estados Unidos, você vê o cara almoçando, comendo o sanduíche com a mão esquerda, e operando a máquina com a direita. Tem 15 minutos para o almoço, entendeu? [...] Por que a lei obriga que tenha que ter esse tempo?" disse o presidente da FIESP em entrevista para a Folha/UOL.*

Toda aquela ladainha de combate à corrupção cai por terra. Quem acreditou está completamente fora da sintonia com a prática dos políticos que estão à frente do processo de impeachment. Senão, vejamos: Eduardo Cunha já foi até afastado, seu nome está em todos os escândalos recentes; Beto Mansur (aquele mesmo que não reajustou o salário dos servidores de Santos por 7 anos) foi condenado por trabalho escravo; mais da metade da comissão do impeachment está na mira da Justiça e por aí vai.

Desvio da merenda, planilha da Odebrecht, Lava Jato... Tudo já está sendo devidamente engavetado.





**E agora, quem poderá nos defender?**

Ninguém, parceiro! Esse é o aprendizado que os trabalhadores têm que tirar de todo esse teatro da política partidária. Ou os trabalhadores se organizam e lutam por seus di-

reitos, aumento salarial etc, ou ninguém os fará. Nem partido "A" nem "B".

Tendo sido um impeachment legítimo ou um Golpe, com Dilma, Temer, Aécio, Cunha, Tiririca, Moro, ou Lula, para sair da crise os verdadeiros donos do

Brasil vão querer jogar os prejuízos nas costas dos trabalhadores. Vamos continuar na briga "Coxinha X Petralha" e deixar isso acontecer? Ou vamos nos organizar para a luta, enxergando nossos verdadeiros inimigos?



# A luta contra a superlotação continua!

A reunião entre governo e os professores municipais, ocorrida no dia 26/04, foi mais um passo dado pelos docentes que lutam por melhores condições de trabalho.

A pauta de reivindicações pretende alterar o Estatuto do Magistério e o Regimento Escolar (proporcionalidade aluno/professor, ingresso na carreira do magistério com cargo de 200 horas/aula e alterações nos procedimentos para alocação de docentes). Essas demandas melhorariam consideravelmente o cotidiano penoso dentro das salas de aula, além de oferecer uma melhor qualidade na Educação do município.

**Resultado veio com luta**

A manifestação pública realizada pelos docentes no meio do Gonzaga surtiu efeito. Pelo menos é o que garante a Secretaria



de Educação que diz ter diminuído o número de salas acima dos limites previstos em Lei.

Porém, na nova lista publicada no portal Cidade Aberta ainda há muitas salas acima do limite. A transparência também continua

parcial. Não há, por exemplo, a quantidade de professores em cada sala, sendo possível verificar apenas as salas que ultrapassam os limites por metro quadrado e não pela proporcionalidade aluno/professor. Não há também qualquer indica-

ção da quantidade de professores que assinam ponto por unidade e a relação das salas que foram fechadas.

**Lição de casa**

Caro professor, veja essa lista (<http://www.santos.sp.gov.br/?q=cidadeaberta/link/891843-total-de-alunos-e-capacidade-das-salas-de-aula>) e compare os números das salas de sua escola com a realidade. Caso haja qualquer informação equivocada entre em contato com o sindicato por telefone (3228-7400), email ([diretoria@sindservsantos.org.br](mailto:diretoria@sindservsantos.org.br)), ou pessoalmente na sede (Av. Campos Sales, 106 - Vila Nova).

Denuncie também caso na sua escola você ou algum outro colega não consiga cumprir as HTI (Horas de Trabalho Individual) regularmente, por falta de

professores, e se existem salas fechadas que poderiam estar sendo utilizadas.

**E agora, José?**

Para reverter a intransigência da administração municipal os servidores já sabem o que devem fazer: Se organizar para a LUTA!

Não há argumentos que convençam os patrões senão o da mobilização dos que operam as máquinas (no caso, daqueles que ensinam os alunos). Só na luta conseguiremos avançar! Por isso, em breve o SINDSERV convocará os professores para organizarem os próximos passos do movimento.

Fique atento, assim que divulgarmos a data, você receberá um comunicado e deverá alertar aos colegas sobre a importância de comparecer fisicamente. Não adianta ficar só na torcida, TEM QUE PARTICIPAR!

# Mais uma vez cumprimos nosso compromisso e DEVOLVEMOS O IMPOSTO SINDICAL



**“Nunca tinha visto isso, fiquei surpreso. O sindicato está mostrando que está do lado dos funcionários”, Edvaldo de Brito (SESERP)**



**“O sindicato está agindo de maneira correta. Enquanto os outros...”, Deusdete Alves (SESERP)**

Infelizmente, desde o ano passado, o SINDSERV só pode devolver o *Imposto Sindical* para os celetistas, pois o dinheiro dos estatutários é descontado para o sindicato-amigo-do-patrão. Até o ano de 2014 o SINDSERV recebia o *Imposto Sindical* de todos os servidores estatutários sócios e de todos os ce-

letistas (sócios e não sócios). Por não concordarmos com o desconto, quando chegamos ao sindicato passamos a devolver esse dinheiro para os servidores.

O que mudou foi que o sindicato-amigo-do-patrão ganhou na Justiça, em 2014, um processo para receber o Imposto dos 10 mil servido-

res estatutários. O SINDSERV não pôde entrar nessa Ação para defender os servidores, pois o processo era contra a Prefeitura de Santos que facilitou pro sindicato-amigo-do-patrão ganhar.

## **ESSE DESCONTO É IMORAL E DANOSO**

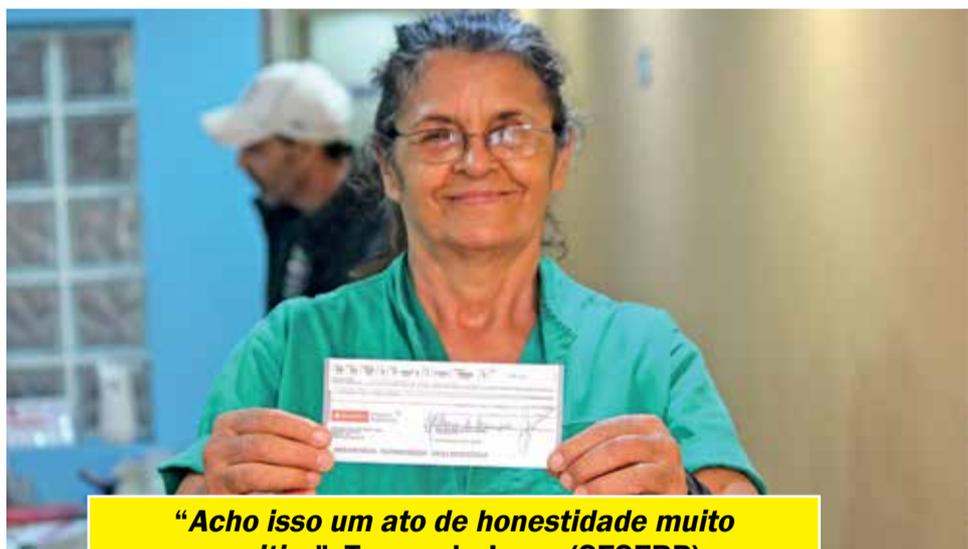
O desconto de um dia de

trabalho, no mês de março, foi criado pelo ex-presidente Getúlio Vargas - e mantido por todos os sucessores - com o objetivo de atrelar os sindicatos aos governos, aos patrões e alimentar pelegos.

Esse dinheiro sempre serviu para que sindicatos, centrais e federações sindicais pelegas nadem em

dinheiro à custa de milhões de reais "garfados" dos assalariados.

O Imposto, como o nome já diz, é uma imposição e lesa os trabalhadores. Assim, toda entidade sindical deveria lutar contra esse desconto e se manter somente com a mensalidade dos seus filiados.



**“Acho isso um ato de honestidade muito positivo”, Teresa de Jesus (SESERP)**



**“Tô feliz, todo dinheiro é bem vindo”, Fernando Ricardo (SESERP)**

## **VEJA COMO O GOVERNO FEDERAL E A PELEGADA REPARTEM O IMPOSTO SINDICAL:**

**60%**  
é repassado para o sindicato;

**15%**  
é rateado entre as Federações;

**10%**  
é rateado entre as Centrais Sindicais;

**5%**  
vai para as Confederações;

**10%**  
fica no Ministério do Trabalho.

## **TOTAIS DEVOLVIDOS ESSE ANO**

Celetistas contemplados:

**288**

Total devolvido:

**R\$ 11.483,60**

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos. SINDSERV:

AV. CAMPOS SALES, 106 | CEP. 11013.401 | VILA NOVA | SANTOS/SP

☎ 13. 3228.7400 | Edição e Textos: Victor Martins (MTB 46.282-SP) - Impressão: Diário do Litoral | Tiragem: 8.000 exemplares

✉ [sind\\_serv@uol.com.br](mailto:sind_serv@uol.com.br) | 🏠 [www.sindservsantos.org.br](http://www.sindservsantos.org.br) | 📺 /SindservSantos